



Marcos R. Pisarski Junior
(Organizador)

INTERFACES CULTURAIS

Patrimônio,
Sociedade e
Sustentabilidade




Pantanal Editora

2020

Marcos Roberto Pisarski Junior
(Organizador)

INTERFACES CULTURAIS
Patrimônio, Sociedade e
Sustentabilidade



2020

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentele-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
I61	Interfases culturais [recurso eletrônico] : patrimônio, sociedade e sustentabilidade / Organizador Marcos Roberto Pisarski Junior. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 54 p. : il. ; 14 x 21 cm Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-991208-0-0 DOI https://doi.org/10.46420/9786599120800 1. Cultura. 2. Patrimônio. 3. Sociedade. 4. Sustentabilidade. I. Pisarski Junior, Marcos Roberto. CDD 353.7
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra, intitulada “Interfaces Culturais: Patrimônio, Sociedade e Sustentabilidade”, busca apresentar um panorama amplo, transversal e interdisciplinar entre as inúmeras interfaces da cultura na realidade vivida, relacionando assim o patrimônio e a sustentabilidade como instrumentos de ressignificação da atual sociedade e do próprio ser humano.

Os trabalhos, aqui apresentados como capítulos, realizam uma exposição de diferentes realidades no Brasil, mostrando sua diversificada história e cultura, além de expor assim diferentes formas de interpretação do mundo. Desta forma a pluralidade é o fio condutor desta obra, permitindo que diferentes pontos de vista sejam expostos e estudado de forma natural e horizontal.

A atual pós-modernidade, fruto da globalização e das novas relações sociais, permite que o mundo inteiro esteja ao alcance de um toque na tela de um smartphone, que pessoas de diferentes países possam se ver e conversar como frente a frente e que diferentes gostos e costumes sejam compartilhados ao redor do globo. Entretanto, este processo também pode nos distanciar do que nos cerca, do nosso passado, do que somos e criar falsas necessidades e vontade na nossa vivência tão plural e diversificada, cabendo a nós pesquisadores interpretar e buscar alternativas para que a nossa essência não se perca quando o “Wi-Fi cair”.

Agradeço Pantanal Editora pela oportunidade de organizar esta obra e principalmente aos autores dos capítulos pela confiança, esforço e dedicação, pois assim viabilizaram a criação desta obra, possibilitando que mais pessoas entrem em contato com seus conhecimentos e permitindo a descoberta das diferentes realidades do nosso país.

Por fim, espero que este livro possa contribuir com o fortalecimento das diferentes identidades culturais existentes no Brasil, com a difusão de um pensamento coletivo e sustentável balizando o nosso cotidiano e com a difusão e empoderamento da ciência na nossa sociedade, que se mostra cada vez mais cega e carente de conhecimento.

Marcos Roberto Pisarski Junior

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I	
– Preservação e Comunicação do Patrimônio Cultural no Amapá pelo viés da Estética do Marabaixo	6
Capítulo II	
– Comportamento do Consumidor versus Consumo Consciente	21
Capítulo III	
– Paróquia São Francisco de Assis de Goiânia: a concepção de pobreza e abordagens nos tempos atuais	33
Capítulo IV	
– Festas étnicas populares: as contribuições ao patrimônio cultural do Tooro Nagashi em Registro, São Paulo, Brasil	42
Índice Remissivo	54

Capítulo I

Preservação e Comunicação do Patrimônio Cultural no Amapá pelo viés da Estética do Marabaixo¹

Recebido em: 11/04/2020

Aceito em: 21/04/2020

 10.46420/9786599120800cap1

Bruno Marcelo de Souza Costa²

Paulo Nunes³

Elivaldo Serrão Custódio^{4*}

INTRODUÇÃO

O Marabaixo é uma dança de origem afro descente de presença marcante no Amapá, considerado como uma das maiores manifestações culturais do Estado a qual é dividida em duas partes: religiosa (com ladainhas em homenagem ao Divino Espírito Santo e Santíssima Trindade) e a parte lúdica composta pela dança do Marabaixo e pelo baile dançante (com repertório musical eletrônico). A manifestação obedece a um Ciclo onde inicia-se logo no sábado de aleluia no Bairro Santa Rita (antigo Bairro da Favela como era conhecido) e no Domingo de Páscoa no Bairro do Laguinho. Festejo que se estende por aproximadamente dois meses.

Mesmo sendo considerado um patrimônio cultural do Estado, a manifestação ainda é pouco valorizada pela população de modo geral, sobretudo nos bairros onde a relação com o Marabaixo é inexistente e fora dos ciclos e famílias que vivenciam a manifestação.

Apesar das contribuições das leis Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008 que tratam da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, percebe-se no âmbito escolar que tais temáticas ainda são pouco trabalhadas nos projetos pedagógicos, bem como nos livros didáticos e conseqüentemente nas práticas educacionais.

¹ O Marabaixo foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil no dia 08 de novembro de 2018. Cf. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br/ap/noticias/detalhes/4891/expressao-cultural-amapaense-o-marabaixo-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 07 jul. 2019.

² Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED. Avenida Fab, 96, central, CEP: 68906-005, Macapá, Amapá, Brasil.

³ Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura. Universidade da Amazônia (UNAMA). Avenida Alcindo Cacela, 287, Umarizal, CEP: 66060-902, Belém, Pará, Brasil.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Rod. Juscelino Kubitschek, km 02 - Jardim Marco Zero, CEP: 68903-419, Macapá, Amapá, Brasil.

* Autor de correspondência: elivaldo.pa@hotmail.com

Assim, a disciplina de Arte tem função tão relevante quanto as outras áreas de conhecimento, uma vez que a mesma é um importante instrumento de identificação cultural e desenvolvimento individual.

Neste sentido, a presente pesquisa centrou-se em instigar nos alunos uma reflexão sobre a importância da salvaguarda da Dança do Marabaixo, enquanto elemento constituinte da identidade cultural do povo afroamapaense. Objetivando ainda: propor aos alunos um estudo sobre o Marabaixo, com o fim de reconhecerem e valorizarem tal manifestação enquanto herança cultural afrodescendente; possibilitar a aproximação dos alunos com a manifestação cultural, através de visitas nas casas das festeiras do Marabaixo; desenvolver narrativas visuais utilizando o tema Marabaixo; executar uma exposição com as produções feitas pelos alunos, acompanhada por cantos e o rufar dos tambores do Marabaixo.

Para atender os objetivos acima elencados, a pesquisa desenvolveu-se através revisão bibliográfica e trabalho de campo. Na primeira, buscou-se revisar literaturas que abordassem patrimônio cultural imaterial, identidade cultural, diversidade cultural, cultura afrodescendente, o ensino de arte e manifestação cultural, Marabaixo e festas populares. Na segunda, consistiu na realização de questionário com alunos do segundo ano do ensino médio da Escola Antônio Cordeiro Pontes, a fim de perceber a relação ou o quanto esse grupo de alunos conhecia sobre a manifestação cultural. Assim como a produção de narrativas visuais inspiradas no Marabaixo.

MARABAIXO: símbolo de resistência da cultura afrodescendente do estado do AMAPÁ

Marabaixo dança cultural de matriz africana a qual é dividida em duas partes: religiosa e festiva. A religiosa é composta de dezoito ladainhas rezadas em latim popular, sendo nove para cada santo (Santíssima Trindade e Divino Espírito Santo). Esta parte tinha como tradição adentrar a Igreja de São José de Macapá para fazer a saudação ao padroeiro, no entanto, com a chegada dos Padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME) nos meados da década de 1940 essa tradição foi proibida, pois associavam o Marabaixo pejorativamente a macumba que mostrava o desconhecimento total das duas culturas, sendo então proibida a entrada dos negros na Catedral. Ainda assim, eles continuaram a saudar o padroeiro do lado de fora da igreja. Somente no ano de 2013, através do apoio de alguns padres amapaenses que compreendendo a importância de respeitar e valorizar a cultura local concedem o retorno da saudação ao padroeiro na Catedral de Macapá.

O Marabaixo obedece a um ciclo que se inicia no sábado de aleluia, no Bairro Santa Rita (antigo bairro da Favela) e no domingo de Corpus Christi, domingo do Senhor no Bairro do Laguinho, seguindo um calendário próprio.

A outra parte da manifestação, é a dança propriamente dita, onde os brincantes arrastam os pés girando os corpos em movimentos simples, que seguem a cadências das caixas (instrumento de percussão do Marabaixo), porém sem nenhuma regra com relação aos passos da dança. Durante a festa é servida gengibirra, bebida típica feita de gengibre, açúcar e cachaça; também se serve um caldo de carne com bastante verduras para manter a energia dos brincantes.

O traje característico do Marabaixo para os homens era: camisa florida e calça branca; já as mulheres vestiam saias floridas com anáguas, blusas brancas, toalha no ombro para enxugar o suor. Como adornos: flores nos cabelos, colares bastante coloridos. No entanto essa estética vem mudando com o tempo, observa-se que, hoje em dia, as roupas possuem mais detalhes, alguns grupos acrescentam detalhes até nas camisas masculinas, fazendo-as com o mesmo tecido da blusa das mulheres, colocando apenas um detalhe florido na camisa. A roupa das mulheres também vem mudando muito: as saias agora não são somente floridas, possuem uma mistura de tecido liso com o florido, as blusas, também, passam a ser coloridas com detalhes floridos, onde os tecidos, agora, são de cambraia, cetim e tricoline, as flores nos cabelos, já não são mais naturais. Compreende-se que tais mudanças são necessárias até para que a manifestação permaneça entre as novas gerações.

O desafio de reconhecer sua identidade: a escola e sua importância na “Reetinização” cultural

O Marabaixo é a mais forte contribuição afrodescendente ao nosso Estado, onde a própria comunidade o reconhece, no entanto, observa-se que:

Quem acompanha este evento são majoritariamente os grupos festeiros de Marabaixo da capital Macapá, autoridades políticas ou seus representantes e pesquisadores. A esmagadora maioria dos amapaenses não reconhece sua história retratada nos elementos e simbolismo do Marabaixo (Alves et. al., 2014).

Esta afirmação é constatada em algumas festas fora do espaço tradicional do Marabaixo e nas próprias instituições escolares, pois ao tocar as músicas (ladrões) do Marabaixo, observa-se que a maioria das pessoas, sente-se inibida em irem para o salão executar os passos da dança, talvez essa atitude seja em razão de ainda prevalecer na cabeça dessas pessoas, que o “bom”, o “bonito” o “correto” está pautado nos padrões de beleza eurocêntrica. É comum escutar entre um ou outro espectador: “começou a macumba”, “o

Marabaixo dos pretos do laguinho” ou ainda as pessoas associarem de forma pejorativa as saias e vestido floridos: “vai dançar Marabaixo?”.

O paradoxo em reconhecer o Marabaixo como patrimônio do Estado e ao mesmo tempo distanciar-se dele, pode ser compreendido como coloca Lopes (2008) *apud* Lopes et al. (2012):

Que o (a) brasileiro(a) que tem por ancestral o africano e o indígena, ao contrário dos brasileiros (a) de outras origens europeia, asiática, árabe, judaica e outras), só teve o direito de conhecer a história e a memória de seus ancestrais a partir das Leis n. 10.639/2003 e n.11645/2008, que alteram a Lei n.9394/96, responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, incluído no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena (Lopes 2008 *apud* Lopes et al., 2012).

Contudo, observa-se que apesar das leis de obrigatoriedade (Lei 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008) que tratam da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena” a abordagem desses temas ainda é muito tímida nos projetos pedagógicos e nos próprios livros didáticos e conseqüentemente nas práticas educacionais. Percebe-se certa resistência, quando não, um trabalho de forma superficial e folclórico, a maioria dos professores apesar de terem “liberdade” com relação aos conteúdos programáticos, acabam trabalhando um currículo linear, sem levar em consideração a diversidade cultural brasileira e/ou contexto da própria comunidade. Ainda é muito forte a ênfase de reprodução de imagens da cultura “eurocêntrica”, esquecendo de citar pintores, poetas escritores que abordam a temática da diversidade cultural. É claro que “[...] Nós não queremos construir uma sociedade de negros contra brancos, ou vice-versa, mais sim de todos” (Paraná, 2009 *apud* Lopes et al., 2012).

Queremos uma sociedade onde as pessoas não tenham dificuldade de se identificar com seus ancestrais, pois segundo Siqueira (2010):

Identidade é o reconhecimento do valor pessoal, o reconhecimento das origens, a confiança no que sou, no que serei. A certeza de não assumir as desigualdades, as discriminações, o racismo que a sociedade nos impõe. Identidade é a confiança na certeza de que a diferença é uma riqueza e nós somos os diferentes herdeiros de uma civilização negra que enriquece a sociedade brasileira e a cultura nacional (Siqueira, 2010 *apud* Lopes et al., 2012).

Porém reconhecer-se negro, ainda é uma atitude de “coragem”, visto que historicamente estamos impregnados de preconceitos e intolerância contra o negro, o qual nasceu, cresceu e vive ouvindo frases pejorativas baseadas no ideal de “beleza branco”. A aluna Amanda Ramos de Nogueira (aluna do 1º Ano) diz “Professora, danço Marabaixo desde pequenininha, mas não danço e nem falo para os meus colegas na escola, se não eles vão ficar tirando graça comigo, já me caçoam por causa do cabelo, imagina se souberem que eu danço Marabaixo. Gosto muito, mas tenho vergonha”.

Esse depoimento é um reflexo do que corrobora Lopes et al. (2012) quando afirma que “O fato de as crianças negras ou afrodescendente, salvo exceções, verem seus valores expressos em sua religiosidade e culturas desrespeitados pela escola e pela sociedade dificulta o processo de identificação dessas crianças com eles”.

No entanto observa-se que essa certa “vergonha”, dá-se apenas no ambiente fora dos espaços tradicionais dos festejos, visto que os alunos que participam da manifestação seja dançando, cantando ou tocando, etc., se envolvem de tal maneira com a festa que nem parecem os mesmos da sala de aula, que ficam envergonhados em dizerem que participam da manifestação. Acredita-se que esta total entrega do participante, se deva por estar no seu ambiente, onde ali ele sente que faz parte e que não sofrerá nenhum constrangimento pelos que estão a observá-lo.

Neste sentido afirma-se portanto, que a escola, enquanto espaço democrático, tem um papel de extrema importância para a promoção da igualdade racial, trabalhando a diversidade cultural “ela pode ser um espaço de construção de uma sociedade mais democrática, além de ser o principal instrumento de ascensão social da classe trabalhadora e de construção de uma sociedade civil forte” (Lopes et al., 2012). É necessário que professores compreendam sua importância no processo de promover o aprendizado com as diferenças e busquem contribuir para a “reterritorialização” das culturas seja negra, indígena, judaica etc.

No toque das caixas, no arrastar dos pés, ao rodar das saias, a cultura do marabaixo vai se propagando de geração a geração

Considerando que a preservação do patrimônio cultural significa cuidar dos bens que representam uma determinada comunidade, e que para essa preservação é necessário compreender que:

Apenas a legislação não basta para garantir a salvaguarda desses bens. De fato, muitas culturas da maior importância se perderam por falta de legislação eficiente, mas também existem muitos bens culturais que se conservaram por séculos e séculos sob nenhuma ou apenas incipiente legislação de proteção. As leis, sem dúvida, podem favorecer as condições para a preservação do patrimônio cultural; mas ele só é eficiente preservado por meio da vivência voluntária das pessoas (Viana, 2008).

Observa-se então um desafio ao professor em inovar a forma de ensinar, imposta, na maioria das vezes, pela história oficial, onde a cultura negra é vista de forma estereotipada ou folclorizada.

Assim acredito que a valorização do Marabaixo, como conteúdo educacional oportunizará aos educandos o conhecimento de outras formas de saberes, outras formas de ser/existir como sujeitos históricos, sociais e corpóreos em um

processo mister para a “adoção de um paradigma do saber” e de outras possibilidades de abordagem pedagógicas do Marabaixo, como expressão de arte, História e cultura de nossos ancestrais negros nas escolas (Videira, 2014).

O Ensino do Marabaixo nas escolas, enquanto cultura popular afrodescendente, permite uma compreensão sobre a história e a memória dos ancestrais africanos, fazendo compreender que cada indivíduo possui uma bagagem cultural, a qual está cheia de saberes e fazeres muito peculiares, porém não inferiores ou superiores aos outros. Permite, ainda, que o aluno compreenda a diversidade cultural do Brasil como riqueza a ser considerada e não como uma hierarquia de culturas. Compreendendo que cada povo tem uma maneira própria de falar, de agir, de vestir, de comer, de cultivar, de se divertir. Segundo Murray (2008):

[...] as festas populares são o símbolo máximo da nossa identidade nacional e espelho coreográfico da alma do povo. Peça-destaque do nosso patrimônio, onde sagrado e profano se unem e se completam, elas permitem uma leitura das características étnicas-culturais de cada região do país, ao mesmo tempo em que sintetizam a natureza mestiça do brasileiro. Com seus cânticos, ritmos, danças, instrumentos, figurinos e adereços característicos, celebrados em forma de procissão, de romaria, de roda, de bloco ou de desfiles, nossas festas traduzem nossa diversidade multicultural multirracial, fazendo do Brasil o grande laboratório cultural da Idade Moderna. (Murray, 2008).

Portanto, abordar a Manifestação cultural do Marabaixo, através do canto dos movimentos, das roupas, das indumentárias, enfim dos elementos que constituem o Marabaixo, discutindo o significado e a importância de cada elemento, contribui para que o aluno possa reconhecer-se na manifestação e conseqüentemente identificar-se enquanto afrodescendente, sem medo de enfrentar a discriminação que por ventura venha sofrer. Assim como amplia a visão de quem não se reconheça como negro, mas passe a conhecer e respeitar a cultura do outro.

O ensino de Arte e suas relações com as manifestações culturais

A disciplina de Arte tem uma função tão importante quanto as outras áreas do conhecimento, sendo:

A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada (Barbosa, 2003).

Essa afirmação é reforçada nos PCNs, onde:

A arte é um modo privilegiado de conhecimento e aproximação entre indivíduos de culturas distintas, pois favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas, num plano que vai além do discurso verbal (Brasil, 1997).

Neste sentido, não cabe mais ao professor de arte e a nenhum outro, o discurso de imposição do currículo escolar, essa ideia de que o sistema cobra um currículo linear e que por isso não tem como fugir do mesmo. O professor precisa se posicionar diante dos “clamores” dos alunos, buscando trabalhar um currículo aliado a realidade social e cultural dos mesmos, desenvolvendo estratégias de ensino que favorecem a visão crítica dos educandos, pois se historicamente a escola aprendeu a excluir a cultura popular, então ela pode ensinar a desconstruir essa visão.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram definidos a fim de atender os objetivos anteriormente definidos. Com relação ao tipo, a presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2010) as pesquisas do tipo exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximado, acerca de determinado fato”, enquanto as pesquisas do tipo descritivas são “a descrição das características de determinada população ou fenômeno em relação entre variáveis”.

No que tange a abordagem a pesquisa utiliza-se dos métodos quantitativos, caracterizando como aquela na qual “os dados coletados podem ser matematizados. O pesquisador se vale de tabelas, gráficos porcentagens e estudos probabilísticos” (Gil, 2010). Contudo, a abordagem tem seu foco no método qualitativo, uma vez que este método “não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo” (Gerhardt; Silveira, 2009).

Na pesquisa qualitativa trabalhou-se com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis.

Como técnicas de investigação da pesquisa foram definidas a revisão bibliográfica, pesquisa de campo (pesquisa colaborativa) e observação direta. A revisão bibliográfica é aquela em que os “dados secundários são obtidos mediante consulta feita nos livros, revista, jornais, enciclopédias, etc.” (Marques 2006).

Sendo assim, foram buscadas fontes secundárias que versam sobre patrimônio cultural imaterial, identidade cultural, diversidade cultural, cultura afrodescendente, o ensino de arte e manifestação cultural, Marabaixo e festas populares. Já a pesquisa de campo, de acordo com o mesmo autor, é “a coleta de dados primários, ou seja, aqueles obtidos diretamente na fonte, independente se a abordagem é qualitativa ou quantitativa” (Marques,

2006). Deste modo, foram aplicados questionários com 16 alunos da turma 213 do 2º ano do Ensino Médio, com o objetivo de verificar: 1. Quantos alunos conhecem de fato o Marabaixo? 2. Se já haviam dançado? 3. Qual a relação que estes alunos tem com o Marabaixo enquanto patrimônio cultural do Estado no qual eles nasceram ou vivem?

A 1ª Etapa da pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico de temas pertinentes ao projeto a partir do mês de maio/2018. A 2ª Etapa ocorreu no início do mês de outubro/2018 e consistiu na aplicação do questionário com perguntas sobre a manifestação cultural do Marabaixo (Figura 1).

Em seguida foi passado um documentário: Marabaixo ciclo de amor, fé e esperança. Logo após foi feita uma discussão sobre o tema e depois os alunos foram convidados a fazerem um desenho sobre o que tinha chamado mais atenção no documentário como por exemplo: roupas, adornos, movimentos corporais, instrumentos musicais.



Figura 1. Aplicação de questionário com os alunos. Fonte: Os autores.

A 3ª Etapa realizou-se no final do mês de outubro de 2018 (duas aulas). Nesse dia, como previamente combinado, os alunos levaram telas para fazerem colagem onde eles iriam reproduzir imagens dos brincantes do Marabaixo, atentando para os movimentos dos brincantes, adornos e instrumentos musicais. Visualizado na Figura 2.



Figura 2. Produção das narrativas visuais pelos alunos. Fonte: Os autores.

A 4ª Etapa aconteceu no início do mês de novembro/2018, onde deu-se continuação a etapa anterior e após o término foi dado um papel para que os alunos pudessem expor sobre as atividades até então vivenciadas.

A 5ª Etapa culminou com a exposição das telas produzidas pelos alunos durante os encontros e ocorrer, no final do mês de novembro 2018 (Figura 3 e 4), visto que a escola desenvolve um projeto chamado Todas as Artes, que acontece toda última sexta-feira de cada mês. E no mês corrente, o tema foi Heranças culturais africanas, coincidindo com o projeto trabalhado.



Figura 3. Mural com telas produzidas pelos alunos. Fonte: Os autores.



Figura 4. Telas produzidas pelos alunos. Fonte: Os autores.

RESULTADOS DA PESQUISA

Realizou-se a Pesquisa Participante na Escola Estadual Antônio Cordeiro Pontes, a qual oferece a modalidade do Ensino fundamental, somente (oito e novo ano) e 1º, 2º e 3º ano, do Ensino Médio, situada no Município de Macapá, Bairro central, tendo como bairros adjacentes: Perpétuo Socorro e Laginho (Julião Ramos).

O questionário, composto de 08 perguntas referentes as características do Marabaixo, foi realizado com 16 alunos da turma 213 do 2º ano do Ensino Médio, onde constatou-se que apesar de 10 alunos informarem que conheciam a manifestação, os mesmos não conseguiram responder a perguntas simples sobre as características do referido tema. Os outros 06 alunos disseram que não conheciam nada sobre a manifestação.

Nas questões com relação aos instrumentos, simbologias da manifestação, a maioria dos alunos não souberam responder, como por exemplo: nome do instrumento de percussão, mês do ciclo do Marabaixo, santos homenageados, bairros da realização da festa. Apenas quatro alunos acertaram o nome da bebida servida durante a manifestação, etc. o que demonstra que na realidade os mesmos sabem da manifestação, mas não têm uma relação próxima com a manifestação.

Logo após, houve a exibição do Documentário sobre o Marabaixo e, em seguida, a discussão, onde os próprios alunos puderam tirar suas dúvidas, sobre as questões que não conseguiram resolver no questionário dado a eles antes do documentário. Na verdade, a pesquisa prévia foi feita para justamente perceber qual a relação desses alunos com a referida manifestação cultural.

O resultado já era o que se esperava, é mais fácil dizer que os mesmos conhecem mais da cultura de outros estados, que do seu próprio espaço em que nasceram ou vivem. Percebe-se, portanto, como diz Ana Mae “... é necessário que a escola forneça um conhecimento sobre a cultura local, a cultura de vários grupos que caracterizam a nação e a cultura de outras nações”. (Barbosa, 2003). Oportunizar o encontro com culturas diferentes aos alunos contribui para o desenvolvimento crítico dos mesmos e conseqüentemente ao processo de respeito a diversidades, onde cabe ao professor mostrar as diferenças sem fazer comparações, no sentido do que é melhor ou não, pois o julgamento cabe ao aluno.

Na etapa de produção, conseguiu-se perceber o envolvimento dos alunos, onde eles talharam as vestes, costuraram e adicionaram os detalhes dos cabelos bem como os acessórios usados pelos brincantes do Marabaixo, alguns alunos informaram que pediram ajuda para as mães e avós. O processo de produção foi feito em dois encontros, totalizando quatro aulas. Após a produção, os alunos receberam um papel no qual eles deveriam expor sobre as experiências vivenciadas durante o Projeto de Intervenção. Esse resultado foi bem interessante, pois a maioria dos alunos respondeu que começou a ter um novo olhar sobre a referida manifestação.

Inclusive desconstruindo preconceitos existentes, como disse o aluno Gabriel:

Eu nunca dei tanta importância ao Marabaixo, eu posso apontar motivos. Para começar, meus familiares não têm certa simpatia pela cultura africana. Minha avó é racista, então o contato com o Marabaixo era nulo. Aquilo era “coisa de preto”, como eu ouvia. E também, a minha falta de interesse.

Graça a escola, eu larguei os estereótipos ridículos e aprendi o que era arte. Abri mais a minha mente, [...].

Se pararmos para pensar, é cada coisa besta que dizemos e ouvimos todos os dias. O preconceito é uma piada que ouço da ignorância. (Depoimento de aluno do 2º ano do ensino médio)

A última etapa do projeto culminou com a exposição dos trabalhos dos alunos (Figura 5), onde concorda-se com Pougy que diz que: “entre os componentes do processo artístico, as práticas de divulgação das obras de arte são de extrema necessidade. Afinal, para que a obra ganhe sentido, é preciso que dialogue com o público e que circule socialmente” (Pougy, 2011).



Figura 5. Tela produzida por um dos alunos. Fonte: Os autores.

Neste sentido a exposição com as produções dos alunos foi marcada para o final do mês de novembro/ 2018, já que seria a culminância do Projeto Todas as Artes, como foi mencionado anteriormente. Os mesmos foram envolvidos em todo o processo, desde produção, planejamento e a montagem da exposição.

Durante a exposição houve vários espetáculos: declamação de poemas, músicas e danças. É relevante lembrar o depoimento da aluna Amanda, mencionado anteriormente, pois a mesma deixou a vergonha de lado e assumiu sua identidade, fazendo uma belíssima apresentação de Marabaixo, como ilustra a Figura 6, encerrando com o batuque, e em contrapartida os alunos corresponderam com muitos aplausos.

Acredita-se que essa atitude teve uma parcela de contribuição das aulas de arte, visto que nas mesmas as professoras proporcionaram a discussão com a turma sobre a questão da identidade cultural e a contribuição da cultura africana no Brasil.



Figura 6. Apresentação de Marabaixo da aluna Amanda. Fonte: Os autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância de salvaguardar o patrimônio imaterial para a preservação da memória coletiva e afirmação da identidade cultural do indivíduo, esta pesquisa buscou investigar o Marabaixo dança de matriz africana, símbolo de resistência do negro amapaense como tema a ser abordado em todas as escolas do Amapá. Através da pesquisa pôde-se constatar que os poucos alunos que dizem conhecer o Marabaixo, na verdade não o conhecem de fato, não sabem os principais elementos, símbolos e significados dos mesmos presentes na referida manifestação.

O estudo confirmou ainda, o que diz Alves (2014) em seu artigo sobre a participação do povo amapaense, onde nas festas do Marabaixo, a maioria dos participantes são pessoas que fazem parte dos grupos festeiros, apesar da população reconhecer o Marabaixo como patrimônio cultural do Estado, não consegue se identificar com tal manifestação e mesmo indo aos locais dos festejos, acaba ficando apenas como espectadora, durante a dança do Marabaixo.

No entanto, no momento do baile dançante, regado a música eletrônica, percebe-se que o salão fica cheio de pessoas dançando outros ritmos como: zouk, brega, carimbó etc., ritmos que também fazem parte da cultura do estado, por influência da Guiana Francesa e do estado do Pará. O que leva a afirmar que o amapaense, na sua maioria, conhece e valoriza

mais a cultura de outros locais que a do seu meio. Contudo, afirma-se que é necessário a escola assumir o papel de levar para discussão essas manifestações, a fim de trabalhar a base para que as gerações futuras possam crescer com um pensamento diferente do que se percebe hoje com relação a cultura local.

Corrobora-se com o pensamento de Videira (2014) quando diz que: “podemos ensinar na escola o valor sócio histórico e cultural dessas tradições relevantes para educar as pessoas a respeitarem a diversidade das culturas e, sobretudo, dos seres humanos que se entre cruzam nos espaços escolares”.

Em meio aos objetivos propostos, conclui-se que dentro do espaço escolar a disciplina de arte é uma grande aliada para a promoção do respeito a diversidade cultural, onde se faz necessário o professor trabalhar a cultura local, buscando envolver toda a comunidade escolar, a fim de que todos possam conhecer, identificar, valorizar e quem sabe se reconhecer dentro destas manifestações culturais para que assim busquem gerar um sentimento de identidade e, conseqüentemente, a continuidade do Marabaixo enquanto patrimônio imaterial do Amapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves IC, Lobato LGR, Pereira ML, Nogueira RS (2014). O ciclo do Marabaixo e Macapá e a Igreja Católica Romana. *Journal of Bioenergy and Food Science*, 1(2): 57-60.
- Barbosa AM (2003). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. Ana Mae Barbosa (Org) [et. al.]. – 2. ed. – São Paulo: Cortez.
- Brasil (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF.
- Gerhart TE, Silveira DT (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 120p.
- Gil AC (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. – 3 reimpre. – São Paulo. Atlas. 192p.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (2019). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ap/noticias/detalhes/4891/expressao-cultural-amapaense-o-marabaixo-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- Lemos CAC (1982). *O que é patrimônio histórico*. 2^a ed. Ed. brasileira. São Paulo. 130p.
- Lopes CVG, Farias MLM, Renner RL (2012). *Práticas em Educação: Os cenários da diversidade*. 2^a Ed. FAEL. 162p.
- Marabaixo (2008). *Ciclo de amor, fé e esperança*. Documentário. Direção. Thomé Azevedo, Produtora Ana Vidigal. DVD 20 minutos.

- Marques HR (2006). *Metodologia da pesquisa e do trabalho científico* [et al.]. – Campo Grande: UCDB. 171p.
- Murray C (2008). As festas populares como objeto de memória. In. *Memória, Patrimônio e Identidade*-Boletim 04, abril de 2005 Salto para o futuro. 22-27p.
- Pougy EGP (2011). *Arte: soluções para dez desafios do professor*. – São Paulo: Ática. 96p.
- Viana L (2008). *Patrimônio Imaterial: Cultura Popular e Educação*. Salto para o futuro.
- Videira PL (2014). Marabaixo e Batuque: práticas pedagógicas com saberes. In: *Coletânea Educação e Diversidade, estudos e pesquisa*. Vol. 2. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/piedade_lino2.pdf>. Acesso em 27 jun.

Capítulo II

Comportamento do Consumidor versus Consumo Consciente

Recebido em: 23/04/2020

Aceito em: 04/05/2020

 10.46420/9786599120800cap2

Rafael Crisóstomo Alves^{1*}

Jéssyca Borges de Aquino²

INTRODUÇÃO

A princípio, o homem utilizava dos recursos oferecidos pela natureza como forma de sobrevivência, sem se preocupar com a sua reposição, acreditando que esta fonte fosse inesgotável (Arancibia, 2012). Esse modo de agir, existente entre seres humanos com o meio ambiente, vem desde a pré-história, quando o homem agia de forma individualista, satisfazendo suas necessidades, pouco se preocupando com o próximo e, muito menos, com a poluição do ar, do solo e das águas, ou com o desmatamento e as mudanças climáticas, que são alguns dos impactos provocados a partir de suas ações (Formaggia et al., 2015). Para os autores, o desenvolvimento da civilização, a crescente urbanização, a expansão populacional, o uso abusivo de recursos não-renováveis, de energia nuclear e o maior consumo das fontes naturais, fizeram com que esses impactos aumentassem de forma acelerada e o desejo pela melhoria de qualidade de vida tornasse apenas um anseio.

Desta forma, juntamente com a sociedade e com a economia, os problemas ambientais progrediram ao longo do tempo, trazendo um grande desafio: o desenvolvimento econômico sem deixar de preocupar-se com a conservação ecossistêmica, uma vez que a exploração desenfreada da natureza provocou uma série de consequências que afetam o planeta e toda a humanidade (Locatelli et al., 2015). Desse modo, os grandes movimentos de consciência ecológica que acontecem mundialmente; exposições públicas; conscientizações empresariais, envolvendo a conservação ambiental, a fim de minimizar os efeitos das ações humanas, ainda não refletiram em grandes mudanças, sendo estas mais visíveis apenas em

¹ Departamento de Contabilidade, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Rod. Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, CEP 75.909-120, Rio Verde, Goiás, Brasil.

² Bacharela em Ciências Contábeis.

* Autor de correspondência: rafael.alves@ifgoiano.edu.br

áreas pobres, que sofrem a escassez dos recursos naturais, pois os utilizam com maior frequência e intensidade para satisfazer suas necessidades básicas (Lima, 1997).

Por causa dessa preocupação existente, entre as empresas e a sociedade, e sua relação com o meio ambiente, tem surgindo discussões sobre a temática Sustentabilidade, que, segundo Bedante (2004), é o processo que visa atender a sociedade de modo que utilize a menor quantidade de recursos naturais para garantir o bem-estar. Assim, para melhor alcançá-la, o ser humano, com base em valores e qualidades, passa a consumir de forma consciente e sustentável, de modo que suas necessidades sejam supridas, sem prejudicar, no entanto, o meio ambiente (Sousa et al., 2016).

Portilho (2005) expõe que essa alteração do padrão de consumo, que envolve a escolha por produtos que não agriam o meio ambiente, e que reduzam os impactos provocados ao longo do tempo no planeta, vem de consumidores sustentáveis, que impõem preferências ligadas as suas preocupações ecológicas, gerando mudanças na demanda do comércio, pois os consumidores deixam de comprar algum produto ou optam por marcas conscientes, fugindo da prioridade que era somente definida como qualidade/preço. Tal mudança de comportamento do consumidor é vista como uma enorme interferência para atingir o desenvolvimento sustentável. Essa prática deve envolver ações perspicazes, que refletem em um processo contínuo, desde a compra de produtos até o seu destino final (Engel et al., 2000). Nessa perspectiva, Brandalise et al. (2009) apontam que essas ações envolvem preocupações com o consumo de produtos ecologicamente corretos, levando em consideração todo o processo: desde a aquisição e exploração de matérias-primas (considerando sua extração e transporte), utilização, pós-utilização, consumo de energia, vida útil, biodegradabilidade e reciclabilidade.

Destarte, sabendo da importância da Sustentabilidade e as ações que a envolvem, o estudo teve como objetivo geral identificar as especificidades relacionadas ao comportamento dos consumidores em relação ao consumo sustentável, e se justifica, pois, a relação existente entre o indivíduo e o ambiente em que vive, vem sendo um tema bastante discutido e preocupante nos dias atuais. Antes, o que se via era somente exploração dos recursos naturais, e com o passar do tempo a consciência ambiental tem se tornado essencial para a sobrevivência humana no planeta (Mattei et al., 2006).

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa classificou-se como bibliográfica, de caráter descritivo, utilizando o método indutivo, com abordagem quali-quantitativa, e coleta de dados mediante

aplicação de questionário, caracterizando-se como método de levantamento (survey) (Creswell, 2010). A partir da problemática em questão, a população desta pesquisa englobou todos os alunos da UniRV. Para seleção da amostra, compreendeu os discentes da Universidade de Rio Verde (UniRV), dos cursos de Administração e Ciências Contábeis regularmente matriculados no semestre 2017/2.

Tabela 1. Composição da amostra.

CURSO	QUANTIDADE DE ACADÊMICOS
Acadêmicos de Administração	120
Acadêmicos de Ciências Contábeis	112
Total de acadêmicos	232

Fonte: Os autores.

A amostragem fora não probabilística intencional, a qual constitui na escolha da amostra de forma não-aleatória, considerando as características do grupo em estudo e o conhecimento do pesquisador daquilo que está sendo investigado (Richardson, 2017).

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa, fora realizado um levantamento das respostas coletadas por meio do questionário aplicado, elaborado na forma de formulário, avaliado por meio da Escala de Likert, sendo que as respostas para cada item variam segundo o grau de intensidade. Esta escala, ao contrário das respostas sim/não, permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com a afirmação proposta. As categorias das respostas servem para captar a intensidade dos entrevistados em relação a temática (Gil, 2008). O questionário envolveu 19 perguntas, subdividas em quatro blocos relacionados aos Hábitos de Compra e Consumo (HCC), ações relacionadas à Reciclagem de Produtos (RP), ao nível de Consciência Ecológica (CE) e à Economia de Recursos (ER). Em todas as questões utilizou-se uma escala de 5 pontos sendo: (1) nunca, (2) quase nunca, (3) às vezes, (4) quase sempre e (5) sempre.

Após a coleta dos dados, foram realizadas tabulações dos resultados em planilhas eletrônicas e com uso do programa Sphinx Demo V5, promovendo a apresentação por meio de tabelas e porcentagens, chegando às conclusões do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a participação na pesquisa fora voluntária, ressalta-se, que apenas 150 discentes componentes da amostra responderam ao questionário, ou seja, aproximadamente 65%, sendo que os demais optaram por não participar ou não fora possível contato. Os

dados obtidos encontram-se detalhados, por quatro blocos de análises, conforme tópicos seguintes.

Hábitos de Compra e Consumo (HCC)

Neste grupo foram analisadas quatro perguntas, que verificavam respectivamente:

- **HCC1** – se na compra de produtos os discentes preferem aqueles que utilizem embalagens que possam ser recicladas;
- **HCC2** – se os discentes têm o hábito de comprar produtos usados;
- **HCC3** – se compram refil de produtos para utilizar recipientes que já possuem;
- **HCC4** – se tentam consertar as coisas em vez de jogá-las fora.

Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Hábitos de Compra e Consumo (HCC)

ITENS AVALIADOS	NUNCA	QUASE NUNCA	AS VEZES	QUASE SEMPRE	SEMPRE	TOTAL
HCC1	23%	19%	36%	15%	7%	100%
HCC2	30%	33%	25%	9%	3%	100%
HCC3	16%	15%	31%	19%	19%	100%
HCC4	8%	9%	35%	29%	19%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 2, nota-se que a maioria dos entrevistados não possuem a preferência por produtos que utilizem embalagens recicláveis, sendo que 42% dos respondentes apontaram as respostas “Nunca” e “Quase Nunca” contra 22% que indicaram como “Quase Sempre” e “Sempre”. Quanto ao hábito de comprar produtos usados, os percentuais indicaram que os discentes não possuem esse hábito, uma vez que as respostas “Nunca” e “Quase Nunca” representaram 63% das respostas, e “Quase Sempre” e “Sempre” representaram apenas 12%. Ao contrário das duas primeiras questões, quanto ao hábito de comprar refis para reutilização de recipientes que já possuem, os acadêmicos apontaram um percentual total para as respostas “Quase Sempre” e “Sempre” em 38% enquanto as respostas “Nunca” e “Quase Nunca” representaram 31% do total. Por fim, observando a atitude que os entrevistados possuem em consertar os objetos em vez de jogá-los fora, visualizou-se que para os itens “Nunca” e “Quase Nunca” obteve-se 17% e para as respostas “Quase Sempre” e “Sempre” chegou-se ao percentual de 48%, ou seja, há tendência da prática de conserto de itens adquiridos, no lugar de trocá-los por novos.

Destaca-se, ainda, que a opção “Às Vezes”, de forma isolada, prevaleceu com os maiores percentuais em três perguntas deste grupo, a saber: HCC1, HCC3 e HCC4.

Reciclagem de Produtos (RP)

Este tópico envolveu as seguintes perguntas:

- **RP1** – se o consumidor separa os objetos de metal para reciclagem;
- **RP2** – se separa os vidros para reciclagem;
- **RP3** – se o consumidor separa papéis para a reciclagem;
- **RP4** – se separa as embalagens de plástico para a reciclagem.

Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Reciclagem de produtos (RP)

ITENS AVALIADOS	NUNCA	QUASE NUNCA	AS VEZES	QUASE SEMPRE	SEMPRE	TOTAL
RP1	43%	23%	18%	7%	9%	100%
RP2	44%	22%	12%	11%	11%	100%
RP3	49%	23%	16%	6%	6%	100%
RP4	46%	25%	14%	10%	5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os dados coletados para este tópico, observa-se no item RP1, que a maioria dos respondentes, 66%, apontaram que “Nunca” ou “Quase Nunca” praticam a separação de metais para serem reciclados, e apenas 16% “Quase Sempre” ou “Sempre” praticam essa ação para que haja a reutilização posteriormente.

Em se tratando da reciclagem de vidros, apenas 22% dos entrevistados possuem o hábito “Quase Sempre” ou “Sempre”, contra 66% que “Nunca” ou “Quase Nunca” adotam esse procedimento. Com relação aos produtos que utilizam papéis, a maioria dos acadêmicos, com percentual de 72%, não costumam realizar a separação e apenas 12% a fazem. Por fim, para produtos de plástico, verifica-se que a maioria, 71%, não aderem a essa prática com embalagens, sacolas, garrafas pets, e outros, e 15% possuem esse bom hábito.

Nota-se, então, que as rotinas envolvendo a Reciclagem de Produtos (RP) não estão presentes no cotidiano dos acadêmicos, o que já era esperado, visto que não se tem, por parte dos órgãos municipais, à disposição da sociedade, a coleta seletiva do lixo.

Consciência Ecológica (CE)

Para identificação do nível de consciência ecológica dos discentes entrevistados, foram realizadas as seguintes perguntas:

- **CE1** – se nas eleições eles preferem votar em candidatos que tenham posições firmes quanto ao meio ambiente em questão de defendê-lo;

- **CE2** – se param de comprar em empresas que mostrem desrespeito com o meio ambiente;
- **CE3** – se mudam de marca para comprar de empresas que tenham maior cuidado com a natureza;
- **CE4** – se possuem o costume de ler os rótulos dos produtos para ver informações sobre os cuidados com o meio ambiente;
- **CE5** – se procuram influenciar as pessoas para os cuidados que se deve ter para com o meio ambiente;
- **CE6** – se os entrevistados se interessam por notícias relativas ao meio ambiente;
- **CE7** – se usam bolsa reciclável para fazer compras.

Os dados coletados são apresentados pela Tabela 4.

Tabela 4. Consciência Ecológica (CE)

ITENS AVALIADOS	NUNCA	QUASE NUNCA	AS VEZES	QUASE SEMPRE	SEMPRE	TOTAL
CE1	9%	9%	46%	20%	16%	100%
CE2	9%	19%	34%	20%	18%	100%
CE3	11%	19%	41%	18%	11%	100%
CE4	35%	27%	22%	15%	1%	100%
CE5	11%	19%	31%	27%	12%	100%
CE6	3%	17%	32%	29%	19%	100%
CE7	60%	17%	11%	7%	5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da Tabela 4 demonstram que as pessoas estão mais conscientes quando avaliam suas escolhas e preferências eleitorais, devido a postura firme dos candidatos em relação ao meio ambiente, pois 36% responderam que possuem essa atitude “Quase Sempre” ou “Sempre”, e apenas 18% “Nunca” ou “Quase Nunca” adota esse critério para a escolha de seus candidatos. Avaliando a atitude de mudança de empresa quando se deparam com atitudes desrespeitosas com o meio ambiente, observou-se que a maioria leva isso em consideração e opta por outras empresas, sendo que 38% “Quase Sempre” ou “Sempre” param de comprar nestas empresas inconscientes e 28% não levam isso em consideração e continuam comprando. Por outro lado, analisando a opinião dos discentes quanto a mudança por marcas que demonstrem maior respeito pelo meio ambiente, a situação é ruim, tendo em vista que 30% dos respondentes “Nunca” ou “Quase Nunca” mudam de marca e 29% “Quase Sempre” ou “Sempre” optam por marcas que apresentem maior preocupação

ambiental. Apesar da pouca diferença entre os percentuais, aqueles que “Às Vezes” mudam de marcas representaram 41% do total dos respondentes.

No que se refere a leitura dos rótulos dos produtos procurando informações sobre cuidados com o meio ambiente, apenas 16% dos entrevistados destacaram possuir essa atitude, contra 62% que “Nunca” ou “Quase Nunca” leem.

Com ótica a atitude de induzir os indivíduos, a maioria dos acadêmicos, representando 39%, procuram influenciar “Quase Sempre” ou “Sempre” outras pessoas para que tenham cuidado com o meio ambiente, contra 30% que “Nunca” ou “Quase Nunca” adotam essa postura. Analisando o interesse dos discentes por notícias que envolvam o meio ambiente, apenas 48% do total de respondentes se interessam “Quase Sempre” ou “Sempre” por tais informações, e 20% “Nunca” e “Quase Nunca”. Por fim, quanto a utilização de bolsa reciclável para fazer as compras, observou-se que a maioria “Nunca” ou “Quase Nunca” possui essa prática, representando 77% dos 150 componentes da amostra, e apenas 12% a utilizam, demonstrando que existe pouca consciência ecológica quanto a utilização de sacolas plásticas e seus danos ao meio ambiente.

Economia de Recursos (ER)

Para a coleta de dados referentes à questão de economia de recursos, os discentes entrevistados foram sujeitos as seguintes questões:

- **ER1**- se deixam aparelhos eletrônicos ligados quando não estão utilizando;
- **ER2** – se fecham as torneiras quando não estão ensaboando os objetos, o corpo ou as mãos;
- **ER3** – se deixam luzes acesas sem necessidade;
- **ER4** – se evitam o consumo de embalagens desnecessárias.

Os resultados serão apresentados pela Tabela 5.

Tabela 5. Economia de Recursos (ER)

ITENS AVALIADOS	NUNCA	QUASE NUNCA	AS VEZES	QUASE SEMPRE	SEMPRE	TOTAL
ER1	32%	15%	25%	11%	17%	100%
ER2	13%	15%	14%	14%	44%	100%
ER3	41%	26%	13%	7%	13%	100%
ER4	15%	22%	33%	12%	18%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a economia de recursos, verificou-se que no que se refere a deixar os aparelhos eletrônicos ligados quando não estão utilizando-os, a maioria, representando 47% “Nunca” ou “Quase Nunca” possuem esse hábito, e somente 28% “Quase Sempre” ou “Sempre” deixam ligados. Em relação as torneiras, e, conseqüentemente, ao desperdício de água, grande parte dos entrevistados, 58% “Quase Sempre” ou “Sempre” fecham as torneiras quando não estão ensaboando os objetos, corpo ou as mãos; e somente 28% “Nunca” ou “Quase Nunca” fecham. Analisando se os acadêmicos deixam as luzes acesas sem necessidade, tem-se que 67% “Nunca” ou “Quase Nunca” possuem esse hábito, e 20% “Quase Sempre” ou “Sempre” deixam as luzes acesas. Por fim, avaliando o consumo de embalagens desnecessárias, notou-se que 30% dos discentes “Quase Sempre” ou “Sempre” evitam o consumo dessas, e 37% “Nunca” ou “Quase Nunca” adotam essa prática. Destaca-se, portanto, que as questões ER1, ER2 e ER3 apresentaram percentuais favoráveis, sendo que a prática das atitudes mencionadas envolve aspectos financeiros, ou seja, além da conscientização em relação ao desperdício, os consumidores possuem menos gastos com energia e água.

Para melhor compreensão dos resultados, elaborou-se a Tabela 6 que expõe as médias das respostas para cada uma das questões feitas aos acadêmicos.

Tabela 6. Média dos dados sobre o consumo sustentável

ITENS AVALIADOS	MÉDIA
HCC1	2,7
HCC2	2,2
HCC3	3,1
HCC4	3,4
RP1	2,2
RP2	2,2
RP3	2,0
RP4	2,0
CE1	3,3
CE2	3,2
CE3	3,0
CE4	2,2
CE5	3,1
CE6	3,4
CE7	1,8
ER1	2,7
ER2	3,6
ER3	2,3
ER4	3,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Para as questões relacionadas aos Hábitos de Compra e Consumo (HCC), tem-se que quanto maior suas médias, melhores os hábitos sustentáveis. Dessa forma, o item HCC4 teve a maior média (3,4), apresentando que os acadêmicos, em média, “Às Vezes” tentam consertar as coisas em vez de jogá-las fora, porém, com 2,2 de média, a questão HCC2 expõe que os consumidores “Quase Nunca” têm o costume de comprar produtos usados.

Quanto a Reciclagem de Produtos (RP), as médias ficaram próximas a 2,0, ressaltando que os produtos são “Nunca” ou “Quase Nunca” separados para a reciclagem. Ressalta-se, ainda, que, com ótica ao grupo de produtos, os papéis são os materiais menos separados, com média de 2,0 e os vidros são os materiais que os acadêmicos mais separam para o processo de reciclagem, com média de 2,2.

No conjunto seguinte de perguntas, os resultados relacionavam-se a Consciência Ecológica (CE) dos entrevistados. Desta maneira, verificou-se que as médias em geral foram acima de 3,0, significando que as respostas foram marcadas em sua maioria como “Às Vezes”, porém algumas questões deste bloco merecem atenção, principalmente, a pergunta CE7 que obteve média de 1,8, a qual questionava sobre o uso de bolsa reciclável nas compras, sendo que a média indica que grande parte dos entrevistados disseram que “Nunca” possuem esse costume.

Os valores apresentados na Tabela 6, para o grupo de Economia de Recursos (ER) devem ser analisados por dois pontos de vistas. As questões ER1 e ER3 deveriam demonstrar médias menores para que fossem consideradas a favor da Sustentabilidade, uma vez que questionavam se os discentes deixam aparelhos eletrônicos ligados e luzes acesas sem necessidade. No entanto, a questão ER1 apresentou média 2,7 e a ER3 ficou com 2,3, apontando, portanto, que os consumidores “Quase Nunca” possuem tais atos, agindo em favor ao meio ambiente. Por outro lado, as questões ER2 e ER4 deveriam ter médias maiores para que representassem Economia de Recursos por parte dos discentes, pois verificavam se os discentes fecham as torneiras quando não estão ensaboando objetos, corpo ou as mãos e se evitam o consumo de embalagens desnecessárias. A média para a questão ER2 ficou em 3,6, apontando que “Às Vezes” os acadêmicos possuem tal atitude. No entanto, a questão ER4, apresentou média de 3,0, significando que a maioria dos entrevistados “Quase Nunca” evitam o consumo de embalagens desnecessárias.

Diante do exposto, é notório que os discentes precisam repensar em algumas de suas atitudes como consumidores, principalmente quando se trata da compra de itens usados, reciclagem, leitura de rótulos dos produtos que consomem, utilização de bolsa reciclável durante as compras e uso de embalagens desnecessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sustentabilidade tem como propósito proporcionar o equilíbrio da utilização dos recursos, de modo que se garanta a vida das atuais e futuras gerações. Além disso, os consumidores e a sua forma de consumo, são considerados o estímulo propulsor do processo de produção. Desta maneira, estes, com o decorrer do tempo, vão buscando cada vez mais informações sobre práticas e produtos que sejam sustentáveis. O estudo analisou quatro grupos de quesitos relacionados com o consumo sustentável, a saber: Hábitos de Compra e Consumo; Reciclagem de Produtos; Consciência Ecológica e Economia de Recursos, tendo como amostra os discentes matriculados nas Faculdades de Administração e Ciências Contábeis.

Observando os Hábitos de Compra e Consumo, a maioria dos acadêmicos não compram produtos que utilizem embalagens recicláveis e não costumam adquirir produtos usados. Porém, compram refil de produtos para que possam utilizar os recipientes que já possuem e tentam consertar os objetos, em vez de jogá-los fora e obter outros novos. Em relação à Reciclagem de Produtos, notou-se que a maior parte dos entrevistados indicaram que não possuem o costume de separar os materiais que podem ser reciclados como metais, vidros, papéis e plásticos.

Os dados apresentados para a Consciência Ecológica apresentaram que os respondentes estão mais conscientes, o que é identificado quando decidem seus candidatos para cargos públicos, sendo que optam por aqueles que demonstram respeito ao meio ambiente; quando deixam de comprar em empresas que possuem atitudes desrespeitosas em relação à utilização dos recursos naturais; quando mudam de marca para comprar de outras que respeitem a natureza; quando procuram influenciar outras pessoas para que sejam atenciosas e cuidadosas com o ecossistema e quando indicam que se interessam por notícias relacionadas ao meio ambiente. No entanto, deve-se destacar, também, que fora apresentado nível de inconsciência por parte dos discentes, quando estes indicaram, nos quesitos CE4 e CE7, que não possuem o hábito de ler os rótulos dos produtos, procurando se informar sobre os cuidados com a natureza, nem utilizam bolsa reciclável para fazer suas compras.

Relacionando os resultados para o grupo de Economia de Recursos, observou-se que a maioria dos respondentes não deixam aparelhos eletrônicos ligados enquanto não os utiliza; fecham as torneiras da pia ou do chuveiro quando não estão ensaboando objetos, o corpo ou as mãos e não deixam luzes acesas sem necessidade. Contudo, neste mesmo grupo, fora apresentado que 37% não costumam evitar o consumo de embalagens desnecessárias.

Nesta ótica, o consumo para que seja sustentável demanda novos costumes da sociedade, de forma que ao comprar não se leve em consideração somente o preço, mas também a qualidade dos produtos e se estes são ambientalmente e socialmente corretos. Destarte, o consumidor deve analisar os riscos e benefícios que seu ato de compra traz para a sociedade e para o meio ambiente. E é importante lembrar, que apesar da importância da conscientização dos consumidores, as empresas possuem papel fundamental neste processo, uma vez que estas devem oferecer ao mercado produtos que sejam sustentáveis e agir de maneira que consiga influenciar seus clientes para novas práticas e hábitos de compra e consumo, buscando a Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arancibia FER (2012). *Consumo Sustentável: padrões de consumo da nova classe média brasileira*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, 144p.
- Bedante GN (2004). *A influência da consciência ambiental e das atitudes em relação ao consumo sustentável na intenção de compra de produtos ecologicamente embalados*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 159p.
- Brandalise LT, Bertolini GRF, Rojo CA, Lezana AGR, Possamai O (2009). A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. *Revista Gestão & Produção*, 16(2): 273-285.
- Creswell JW (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed. 296p.
- Engel JF, Blackwell RD, Miniard PW (2000). *Comportamento do consumidor*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC. 641p.
- Formaggia DME, Magossi LR, Bonacella PH (2015). *Sustentabilidade Ambiental: uma questão de consciência*. São Paulo: Moderna. 112p.
- Gil AC (2008). *Métodos e Técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas. 220p.
- Locatelli DRS, Gollo SS, Silva AF da, Rangel ACO (2015). Comportamento do consumidor no processo de compra e consumo de produtos sustentáveis. In: *Congresso Internacional de Administração, Erechim, Anais...* Ponta Grossa, PR, 1-14.
- Lima GFC (1997). *O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável*. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, 13: 201-222.

- Mattei D, Machado M, Oliveira PA (2006). Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores finais. *Revista de Ciências Empresariais*, 3(2): 27-37.
- Portilho F (2005). Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. *Cadernos EBAPE*, 3(3): 1-12.
- Richardson RJ (2017). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 424p.
- Sousa JM, Castro ALO, Oliveira JMSR (2016). Marketing Verde: A influência dos produtos ecológicos na decisão de compra dos consumidores nos supermercados de uma cidade no interior de Minas Gerais. *Revista Conexão Ciência*, 11(2): 71-82.

Capítulo III

Paróquia São Francisco de Assis de Goiânia: a concepção de pobreza e abordagens nos tempos atuais

Recebido em: 11/05/2020

Aceito em: 19/05/2020

 10.46420/9786599120800cap3

Lorrany dos Santos Ferreira^{1*}

Adam Henrique Freire Sousa²

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere no conjunto de reflexões sobre a concepção de caridade e mendicância praticada na Paróquia São Francisco de Assis, situada em Goiânia, capital do Estado de Goiás. A paróquia faz parte da Ordem dos Franciscanos, cuja ordem pregava aos seus membros, de acordo com o espírito do fundador, São Francisco de Assis, que nada deveriam possuir, estando obrigados a viver o mais pobremente possível, adotando uma vida extremamente simples e dando exemplos de humildade e devoção. Sendo assim, este trabalho anseia discutir como a paróquia pesquisada se aproxima, ou não, do ideário proposto pelos franciscanos e qual seria sua concepção pela “opção pelos pobres”, ligada à Teologia da Libertação. Para compor a análise, será levado em consideração as abordagens que consideram a diversidade católica em seus supostos “catolicismos”.

Antes de tudo precisamos enfatizar que a paróquia pesquisada se enquadra na Ordem dos Franciscanos, uma ordem religiosa fundada por São Francisco de Assis, na Itália, em 1209. De modo geral, seus princípios norteadores pregam que seus membros nada precisam possuir, em relação aos bens materiais, devem, no entanto, viver de modo mais simples e mais pobremente possível dando exemplos de humildade, ou seja, devem viver na mendicância e em prol de ajudar aqueles que nada têm. Partindo dessa concepção, a pesquisa pretende visualizar como os membros da paróquia vivem a mendicância e expressam a humildade e como a paróquia, enquanto uma instituição franciscana, faz para ajudar aqueles

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás - UFG; Especialista em História e Narrativas Audiovisuais pela Universidade Federal de Goiás – UFG – e Mestre em Sociologia pela mesma instituição. ORCID: 0000-0001-6883-9599

² Bacharel em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pela Universidade Federal de Goiás – UFG – e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na mesma instituição. ORCID: 0000-0003-2600-191X

* Autor de correspondência: ferreiralorrany@hotmail.com

que nada tem em nosso mundo repleto de desigualdades sociais. À seguir será apresentado imagens da Paróquia São Francisco de Assis, situada em Goiânia, Goiás (Figura 1).



Figura 1. Entrada principal da Paróquia São Francisco de Assis em Goiânia no Setor Leste Universitário. Fonte: www.fradesfranciscanos.com.br.

Em primeira análise, é importante ilustrar qual a seria o modelo predominante das liturgias na instituição pesquisada. Em um primeiro momento, arriscamos a inseri-la no grupo das “tradicionalistas”. Os motivos para tal classificação foi que, durante toda a observação, os elementos constituintes da unidade nada se diferem de outras instituições católicas tradicionais. Alguns elementos merecem ser citados: a leitura de folhetos, a preservação de rituais (como a eucaristia), o pároco como figura central e, principalmente, a ausência de movimentos dentro da comunidade, como a Renovação Carismática Católica.

É interessante observar que atualmente a paróquia contém seis comunidades, todas situadas no setor Leste Universitário e Jardim Goiás, setores adjacentes ao da paróquia São Francisco de Assis: Comunidade Santa Luzia, Comunidade Nossa Senhora de Guadalupe, Comunidade Santo Antônio, Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Comunidade Sant’Ana e Comunidade Santa Clara. Pelo o que foi informado, a relações entre as comunidades, a paróquia e os membros da matriz paroquial se limitam aos setores Jardim Goiás e Leste Universitário, tanto que as poucas obras sociais que existem contemplam apenas a população das respectivas regiões. No entanto, é importante ressaltar que essas regiões são bem assistidas socialmente e é, majoritariamente, composta por uma classe média.



Figura 2. Imagem interna da da Paróquia São Francisco de Assis em Goiânia no Setor Leste Universitário. Fonte: www.fradesfranciscanos.com.br.

Por assim serem, as obras sociais da paróquia São Francisco de Assis são o brechó beneficente, que acontece semanalmente, cuja arrecadação contribui para o custeio das despesas internas da igreja; e o projeto Justiça Paz e Bem, que oferece assistência jurídica aos paroquianos da matriz e das respectivas comunidades. Assim como foi citado por uma das entrevistadas, todos os projetos da igreja contemplam apenas os membros da comunidade religiosa ou as pessoas que estejam situadas nos respectivos setores citados anteriormente.

Dessa forma, propomos problematizar neste trabalho como os franciscanos visualizaram a questão da pobreza e viveram seu ideário cristão e, como nos tempos atuais, esta corrente tem reagido após profundas transformações, principalmente no mundo pós-moderno ligado ao capitalismo e ao consumo exacerbado. Entretanto, a pesquisa se revela ainda incipiente, logo não trará uma reflexão com elementos comprobatórios sobre o objeto de estudo, mas propõe uma reflexão para questionarmos as faces e roupagens das diversas formas de “catolicismos” presentes no cenário brasileiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada durante os meses de abril, maio e junho do ano de 2018. A pesquisa consistiu em observações participante na Paróquia São Francisco de Assis, situada no endereço 9ª Avenida, nº 11, Setor Universitário, Goiânia – Goiás. Durante esse processo, foram levantadas as atividades que compõem a comunidade religiosa, tais como: pastorais, grupos, movimentos e os projetos sociais. Para compor o trabalho foram assistidas algumas missas e entrevistas foram realizadas com a secretaria paroquial e o pároco responsável, além de conversas informais com os frequentadores da igreja.

No primeiro momento tornou-se necessário conhecer a história da igreja. De acordo com as informações coletadas, a paróquia foi fundada em 1957 pelo frei João Francisco, que serviu a paróquia por mais de dez anos, juntamente com casais que moravam próximos a região. Tudo começou devido a iniciativa de criarem uma cozinha de sopa aos necessitados e uma escola para crianças e adultos. Sendo assim, o decreto que sinaliza o surgimento da paróquia é datado de 25 de dezembro de 1957. Porém, antes de ser a atual matriz, a igreja era composta por um galpão, que hoje corresponde ao espaço para ocasiões não litúrgicas. A nova matriz, situada no atual endereço, é datada do ano de 1981.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concepção da pobreza em São Francisco de Assis: breves apontamentos

É importante conhecermos como a pobreza adquire uma importância central na ideologia dos franciscanos. São Francisco de Assis recomendava aos fiéis que nada tivessem de próprio, “nem casa, nem lugar, nem coisa alguma” (Calvário, 2011), ou seja, que nada tivessem de próprio, que não tivessem qualquer tipo de propriedade. A pobreza, na ótica franciscana, seria o que possibilitaria a relação com o outro. Sendo assim,

é na consciência da pobreza ontológica do ser humano que emerge a possibilidade de relação. Por um lado, a indigência é marca do humano (já no que respeita à relação) que aponta para a indigência epistemológica (o homem quer saber porque carece de algo, por isso procura o saber). [...] A pobreza em Francisco de Assis é também um estado interior de liberdade. Permite ao homem que se una a Deus, uma vez que o liberta do domínio das criaturas e provê a alma de humildade e caridade (Calvário, 2011).

Apesar de a maior parte dos estudos acerca da concepção de pobreza em Francisco de Assis valorizarem mais o âmbito material, há autores que consideram a pobreza material não é como um absoluto, ela é sempre um meio que conduz a uma outra pobreza, seja ela espiritual ou a pobreza evangélica. Porém dando ênfase ao seu caráter material, Calvário (apud Boaventura, 2011), reitera

quanto à pobreza material, não há nada de mais pobre e fugaz do que contentar-se com o alimento e o vestuário. Explica-nos que a pobreza é, além de principal conselho, princípio fundamental. Assim como a raiz do mal é a avareza, a raiz e princípio de toda a perfeição é a pobreza. O desejo de posse de bens materiais afasta da caridade (Calvário, 2011).

De modo geral, Calvário busca uma explicação para a situação de pobreza e a vida em caridade no pensamento de São Francisco de Assis. A autora, em referência à interpretação de Boaventura de Bagnoregio sobre os franciscanos, aqueles que vivem repletos de bens materiais, são absorvidos pelos assuntos relacionados com os seus pertences e o

medo de os perder não os deixa livres para se abrirem ao sagrado. Portanto, só aquele que não tem absolutamente posse alguma é que vive perfeitamente com o seu pensamento em Deus.

Outras interpretações sugerem que a pobreza franciscana era justificada por uma elaboração conceitual de que Cristo não tinha propriedade e pedia esmola, assim a Ordem Franciscana com o intuito de imitar à Cristo e seus apóstolos, também não tinha propriedade e assim justificava-se a mendicância (Aguiar, 2011).

Várias discussões permeiam o conceito de pobreza dos franciscanos. Partimos do pressuposto que, a pobreza no movimento franciscano atual não é uma norma regulamentada. Sendo assim, não propomos aqui analisar as metamorfoses do movimento franciscano ao longo das gerações, mas compreendemos a questão da pobreza e como a Igreja Católica têm reagido diante a concepção de “uma opção pelos pobres”, ponto que será retomado posteriormente. Por isso, essa questão continua sendo a inevitável diferença entre o modelo recebido do passado e a realidade que se vive no presente.

Paróquia São Francisco de Assis: um “catolicismo oficial”?

Como foi mencionado anteriormente, a Paróquia São Francisco de Assis de Goiânia está localizada em uma região cuja população pode ser considerada de classe média. Visivelmente, na região se encontra imóveis de médio e alto padrão, parques, supermercados, escolas, universidades e faculdades. O público da paróquia são pessoas da redondeza que frequentam principalmente às missas de domingo. A partir dos hábitos culturais visualizados na observação participante, percebe-se que o público é composto, principalmente, por pessoas que apresentam um poder aquisitivo e um padrão de vida ligados ao consumo, de forma a não apenas suprir suas necessidades de sobrevivência. Indubitavelmente, são pessoas bem assistidas socialmente e economicamente. Portanto, não vivem em uma situação de pobreza no âmbito material. Outro aspecto que chamou a atenção foi a ausência de obras sociais, principalmente, voltadas à população carente, visto que, seu histórico apresenta a realização de ajuda aos necessitados.

Por assim apresentar, a grande questão que norteia a pesquisa é: o pensamento franciscano que originou a comunidade paroquial nunca chegará se impor totalmente revelando assim uma utopia? Os membros da paróquia pesquisada vivem a pobreza proposta pelo ideário franciscano? A pesquisa ainda é incipiente para obtermos elementos que constatarem o perfil dos membros frequentadores da paróquia, mas a partir do que foi visualizado, pretendemos questionar como o modelo cristão originário dos franciscanos tem

fugido de sua proposta original e, por vezes, pode ser inserida num catolicismo oficial. Pensando essa dificuldade, Bórmida acrescenta,

o movimento franciscano atual tem que ser consciente das dificuldades inerentes a toda atualização histórica das grandes instituições do passado. É preciso iniciar reconhecendo a diferença dos pressupostos teológicos atuais. Uma conclusão que vem das profundezas da primeira metade do século XIV e que me parece ter um enorme alcance para o futuro: Os franciscanos teriam que trabalhar na construção de um mundo pobre e fraterno, nunca rico e opulento. A utopia franciscana segue vigente. Ligada à sua tradição histórica, propõe um sistema relacional totalmente novo e original (Bórmida, 2008).

Essa complexidade de compreensão das transformações ideológicas e valorativas da corrente franciscana, nos coloca na mesma compreensão dos fenômenos transformadores da Igreja Católica brasileira como um todo. Teixeira (2005) afirma que não dá pra situar o catolicismo brasileiro em um quadro de homogeneidade, por isso, existem muitos “estilos culturais de ‘ser católico’”. Segundo ele, são malhas diversificadas de um catolicismo, ou melhor, de “catolicismos”.

Sendo assim, o autor define que há um catolicismo “santorial”, um catolicismo “erudito ou oficial”, um catolicismo de “reafiliados” e um emergente catolicismo “midiático”. Porém, essas definições não se tratam de realidades estanques, não há uma fronteira rígida entre um tipo de catolicismo e outro, pois inserem-se em um quadro marcado por relações de comunicação, proximidades e distanciamentos.

Dentre os catolicismos acima apresentados, o *catolicismo oficial* apresenta uma forte relação com as características observadas na Paróquia São Francisco de Assis, pois, assim como foi mencionado, ela apresenta uma clivagem mais tradicional. Na ótica de Pierucci, esse tipo de catolicismo encontra-se num momento de crise e declínio.

É algo que se relaciona com a progressiva afirmação de uma “sociedade pós-tradicional”, que coloca em questão a forma usual de preservação da tradição e exige processos criativos de sua reinvenção e inserção no tempo. Há hoje em dia, nas instituições tradicionais, uma “desregulação” identitária e uma grande dificuldade de transmissão regular dos valores religiosos de uma geração para outra (Teixeira, 2005).

Essa problemática nos faz questionar também a questão dos jovens, especialmente no que diz respeito ao desligamento com a religião. Durante a observação participante, foi perceptível a ausência de jovens durante as missas, assim como extinção de grupos de oração e pastorais dedicados à juventude. De acordo com Teixeira (2005), no último censo ampliaram as fileiras dos “sem religião”.

Ainda de acordo com a perspectiva do catolicismo oficial, algumas comunidades paroquiais buscaram um comprometimento maior social, com o incentivo de projetos pastorais voltados aos excluídos socialmente. No entanto, “essa situação foi se modificando

na medida em que o processo de restauração romana, de centralização e uniformidade, foi se afirmando em âmbito mais geral, provocando crescentes dificuldades e incompreensões na atuação crítica da Igreja Católica no Brasil” (Teixeira, 2005). Portanto,

hoje, como avalia Brenda Carranza, predomina no catolicismo oficial certa sensação de instabilidade, debatendo-se com as consequências dos modelos geográficos de paróquias, os quais se tornaram obsoletos, se comparados à mobilidade que as afinidades eletivas dos fiéis produzem, pois na procura de experiências religiosas e participação sacramental, os paroquianos se tornam desterritorializados (Teixeira, 2005).

Essa problemática é realmente recorrente. Por assim apresentar, censos realizados no Brasil apontam para o enfraquecimento ou mesmo declínio da figura do praticante católico. Durante a pesquisa de campo, este aspecto foi confirmado. A partir de informações coletadas, foi possível quantificar o número de grupos e atividades litúrgicas que se tornam extintas e, por vezes obsoletas. Foi o caso, por exemplo, do Grupo de Oração para Jovens, que deixou de existir devido a não participação dos jovens católicos.

Franciscanos modernos: “uma opção pelos pobres”?

O termo “opção pelos pobres” é uma referência a Teologia da Libertação, uma corrente teológica cristã que surgiu na América Latina depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o cristianismo (católico) deve lutar em defesa aos pobres. Ela rompe com conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, reivindicando para si como herança os lemas: liberdade, igualdade e fraternidade advindos da Revolução Francesa.

Sendo assim, fazem parte do seu ideário a crítica ao sistema capitalista, revelando que ele produz a idolatria ao dinheiro, e a crítica à ideologia do desenvolvimento econômico. Esta última criticada pela Teologia da Libertação por que ao invés de trazer soluções para os problemas como o desemprego, desigualdade social ela gera consequências negativas para os pobres. A Teologia da Libertação nasceu na Igreja Católica como resposta à contradição existente na América Latina entre a pobreza extrema e à fé cristã de maioria de sua população. Assim

a preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta à origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino- americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração (Löwy, 2000).

De modo geral, a Teologia da Libertação percebe que amar a Deus não significa somente contemplá-lo. O amor a Deus é demonstrado através do serviço aos pobres. “O

serviço solidário ao oprimido significa então um ato de amor ao Cristo sofredor, uma liturgia que agrada a Deus” (Boff; Boff, 2010).

Nesse sentido, propomos a questionar as mudanças no interior do catolicismo, especialmente no que tange a Teologia da Libertação. Nessa análise, a perspectiva adotada é a da existência de diferentes vertentes internas da Igreja Católica no Brasil. Löwy utiliza o termo “tendência” para analisar as diferenças existentes no interior da Igreja Católica. Em sua concepção, essas tendências precisam ser identificadas a partir das relações sociais e com as várias formas de poder presentes na sociedade (Sofiaty apud Löwy, 2013).

Portanto, essas tendências são definidas como: tradicionalistas, reformistas, radicais e modernizadores conservadores. Os tradicionalistas podem ser definidos por grupos pequenos, porém fundamentalistas, que defendem ideais reacionárias; Os reformistas são aqueles grupos compostos por moderadores que, por vezes, defendem os direitos humanos e apoiam a causa dos pobres; Os radicais são a minoria, mas influentes, geralmente simpatizantes da Teologia da Libertação e solidários aos movimentos sociais; Por último, os modernizadores conservadores, aqueles que seguem uma corrente conservadora e hostil à Teologia da Libertação, são, geralmente, compostos pelas classes dominantes (Sofiaty, 2013).

Dentre as tendências acima apresentadas, a que mais se aproxima com a realidade da Paróquia São Francisco de Assis seria a tendência ‘modernizadora conservadora’. Isso se sustenta, primeiramente, devido ao fato de ser composta, majoritariamente, por uma classe média. Outro fator de sustentação desta hipótese é que, como foi exposto anteriormente, a comunidade não realizou obras ou projetos sociais que estejam ao alcance da população mais pobre, pelo contrário, foi possível notar que suas atividades paróquias se restringem apenas à população que cerca a igreja, assim, toda e qualquer mudança social não compõe seus ideais.

Embora haja a necessidade de aprofundar nos elementos constituintes do objeto de estudo, é possível afirmar que a Paróquia São Francisco de Assis de Goiânia se distancia da abordagem proposta pela Teologia da Libertação. A partir da observação participante e da informações coletadas por meio das entrevistas, foi possível perceber sua ausência da “opção pelos pobres”, revelando assim uma postura nada assistencialista.

No caso específico da Paróquia São Francisco de Assis de Goiânia, primeiramente foi possível apresentar como a questão da pobreza têm sofrido alterações ao longo de todos tempos, até mesmo um consenso sobre os ideários “mendicância” e “pobreza” nunca foi alcançado. Para além disso, ao longo de toda a história, a Igreja Católica, em toda sua diversidade, tem apresentado diversas formas e vertentes de “praticar” o franciscanismo.

Enfim, várias são as abordagens e interpretações sobre o que seria o modo de vida e visão de mundo de São Francisco de Assis.

Pensando essa transformação e diversidade de abordagens dentro do próprio catolicismo, é válido considerar as duas perspectivas apresentadas anteriormente, de um lado o “catolicismo oficial”, designado por Faustino Teixeira como sendo um dos “catolicismos” do Brasil contemporâneo, que coloca em questão a forma usual de preservação da tradição e exige processos criativos de sua reinvenção e inserção no tempo. Assim como foi exposto anteriormente, a igreja em questão não apresenta “algo novo”, pelo contrário, é uma reprodutora dos costumes tradicionais católicos.

Outra possível interpretação é a existência de uma tendência “modernizadora conservadora” nesta instituição. De modo geral, esta tendência é representada pela classe dominante e, como foi demonstrado, nesta unidade paroquial há uma forte concentração de pessoas da classe média. Porém, outro ponto a conecta à abordagem de Löwy, a corrente conservadora que hostiliza da Teologia da Libertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, VAS (2011). *A regra franciscana segundo a obra Expositio Super Regulam Fratrum Minorum de Boaventura de Bagnoregio*. Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais. Universidade Estadual de Maringá. 1221-1274
- Boff L, Boff Clovis (2010). *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes. 94p.
- Löwy M (2000). *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 272p.
- Bórmida J (2008). *A não-propriedade: Um tema franciscano de ontem e hoje*. Atualidade Teológica ano XII n° 28.
- Calvário P (2011). *O lugar da pobreza no pensamento de Boaventura de Bagnoregio*. Mediaevalia. Textos e estudos, 30: 89-126.
- Pierucci AF (2009). *É fácil ser católico. Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas. Perspectivas antropológicas sobre o catolicismo*. Faustino Teixeira, Renata Menezes (orgs,). Petrópolis, RJ: Vozes, 15-107.
- Sofiani FM (2013). O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. Catolicismo Plural: dinâmicas contemporâneas. Tempo Social, *Revista de Sociologia da USP*, 25(1): 215-234.
- Teixeira F (2005). *Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo*. Revista USP, São Paulo, 67: 14-23.
- Noronha CUA (2012). Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. *Fragments de Cultura*, 22(2): 185-191.

Capítulo IV

Festas étnicas populares: as contribuições ao patrimônio cultural do *Tooro Nagashi* em Registro, São Paulo, Brasil

Recebido em: 17/05/2020

Aceito em: 19/05/2020

 10.46420/9786599120800cap4

Caroline Pereira Martins^{1*} 

Marcos Roberto Pisarski Junior² 

Silvana do Rocio de Souza³ 

INTRODUÇÃO

A cultura, como hoje ela pode ser interpretada, é o resultado da soma de diversos elementos sociais, históricos, geográficos, religiosos, econômicos e entre outros, que, expressos de forma material ou não, tentam reproduzir e conservar costumes e tradições da existência de um grupo social, Estado ou Nação.

Desta forma, a expressão da cultura depende de um contexto, onde uma comunidade envolta neste meio ou um grupo de pessoas interessadas em sua reprodução, realiza, através de ferramentas sociais como o idioma, música, teatro, dança, culinária entre outros, a manutenção deste acúmulo de saberes e conhecimentos históricos.

Neste processo, as festas étnicas surgem como uma manifestação cultural central na manutenção da cultura e do legado histórico de um determinado grupo social, como o de imigrantes e refugiados, onde está uma das principais formas de reproduzir um pouco do que a vivência cultural da sua pátria mãe.

O município de Registro, no vale da ribeira do estado de São Paulo, recebeu ao longo do início do século XX um grande número de imigrantes japoneses, o que resultou na criação de uma colônia étnica que se consolidou e, com o passar dos anos, gerou descendentes fazendo que está seja considerada a maior colônia japonesa no Brasil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná - Servidora da Prefeitura Municipal de Iguape – Avenida Adhemar de Barros, 1070, Centro Iguape, SP Brasil, 11920-000.

² Professor substituto na Universidade Estadual de Goiás. Mestre em Turismo na Universidade Federal do Paraná. Rua B/8 Q. 18, S/N - Parque das Brisas - Caldas Novas, GO – Brasil - 75690-000.

³ Professora associada do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutora em Ciências Sociais Aplicadas na Universitat de Girona/ESP. Rua Dr. Faivre, 405 – Centro – Curitiba, PR – Brasil - 80060-140.

* Autor de correspondência: carol_martins01@hotmail.com

Neste contexto, os imigrantes japoneses, e posteriormente seus descendentes, encontraram nas festas populares uma forma de conservar a cultura de sua terra mãe, fazendo com que nestas festas elementos religiosos, linguísticos, musicais, culinários e de dança sejam reproduzidos e assim possibilitando que as novas gerações possam ter contato com as suas raízes culturais.

Assim, este trabalho tem o objetivo de apresentar a festa étnica popular do *Tooro Nagashi* como o um instrumento de expressão e reprodução cultural dos imigrantes de japoneses e seus descendentes no município de Registro-SP, maior colônia da étnica no Brasil, além de apontar os potenciais turísticos deste evento.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Conhecida como a capital brasileira do chá, a cidade de Registro, localizada no Vale do Ribeira no interior sul do estado de São Paulo, recebeu este nome pois a responsabilidade de registrar todo ouro extraído e vendido no Vale do Ribeira, era atribuída a seu município. (Registro, 2018).

Mais tarde, com a chegada dos imigrantes japoneses e com a criação da empresa *Kogyo Kabushiki Kaisha* que tinha sede em Tokyo e funcionava como apoio aos imigrantes e ao desenvolvimento industrial e rural, atuou também como beneficiadores de arroz e como entreposto cooperativo até 1937 quando encerrou suas atividades. Atualmente é sede do memorial da imigração japonesa (Condephaat, 1987).



Figura 1. Localização da cidade de registro. Fonte: Google Maps (2020).

A motivação da imigração japonesa no Brasil se deu em parceria dos dois países “pois o Brasil necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas de café, principalmente em São Paulo e no norte do Paraná, e o Japão precisava aliviar a tensão social no país, causada por seu alto índice demográfico” (São Paulo, 2008).

A chegada desses imigrantes aconteceu no ano de 1908 em Santos, trazendo 781 japoneses, iniciando o vínculo imigratório com o Brasil. Porém, os primeiros japoneses que chegaram no Brasil foram 4 tripulantes do barco *Wakamiya Maru*, que em 1803, afundou na costa japonesa. Os naufragos foram salvos por um navio de guerra russo que, mesmo não podendo desviar-se de sua rota, levou-os em sua viagem. Quando retornava, a embarcação aportou onde hoje é a cidade de Florianópolis e permaneceu até 4 de fevereiro de 1804 (São Paulo, 2006).

Durante o período da imigração, onde os japoneses foram distribuídos entre 6 fazendas no estado de São Paulo, sofreram com a adaptação no país, onde acabavam abandonando gradativamente os locais de trabalho (São Paulo, 2006).

Dentre as motivações que levaram os japoneses a deixar seu país de origem, em busca de oportunidade em terras estrangeiras foi a super população e outros problemas agravados

pela chegada do exterior ao país, no final da era Tokugawa e início da era Meiji e, com ele, doenças, guerras e “modernização” (Osaki, 1990).

Com a imigração, viria o sonho de uma mudança de vida em seu país de origem (Japão), uma vez que a ideia inicial era apenas fazer fortuna no Brasil e retornar para casa em um curto período de tempo, sendo que no início, muitos nem ao menos se importavam em aprender o idioma da nova terra, acreditando que poderiam manter seus costumes intactos e retornar a terra natal (Osaki, 1990).

Com o tempo foram surgindo no Brasil templos das religiões praticadas no Japão, assim como ocorreram algumas conversões para religiões nacionais (Osaki, 1990) podendo já ser percebidas algumas interações culturais logo nas primeiras décadas da imigração.

Os últimos imigrantes japoneses, em grandes números, chegaram no Brasil durante a segunda Guerra Mundial, período em que já havia ocorrido altas e baixas no número de imigrantes durante as décadas anteriores, os quais sofreram com alguns movimentos antinipônicos até os últimos dias da Guerra (Osaki, 1990). Alguns anos mais tarde, com a crise econômica que estava no Brasil na década de 1980, começou a acontecer uma inversão de imigração e alguns descendentes japoneses realizaram o caminho de retorno e iniciaram um movimento de mudar para o Japão a fim de fugir da crise brasileira.

Nota-se que a região da cidade de Registro concentra grande número de imigrantes, mas este fato também se apresenta em várias outras cidades brasileiras. No entanto, em Registro acontece uma das mais importantes festas étnicas populares japonesas, que contribui para o fortalecimento da identidade e valorização do patrimônio cultural local.

Elementos históricos, geográficos e econômicos fizeram como que a região de Registro apresentasse condições e interesse da comunidade em desenvolver o número de imigrantes japoneses, que, aos poucos, foram imprimindo suas marcas nesse território. E, como que, naturalmente, aspectos da cultura nacional mesclaram-se aos aspectos da cultura japonesa, desenvolvendo particulares culturais, intensificando a identidade e propiciando o surgimento de eventos como o *Tooro Nagashi* que se apresenta como um símbolo da cidade, devido as suas dimensões e abrangências.



Figura 2. Kaigai kogoyo kabushiki kaisha Fonte: Registro (2018).

Atualmente, a cidade conta com uma população de 56.322 habitantes (IBGE, 2019) e sua região possui uma boa localização por estar situada na rodovia Régis Bittencourt, que liga a capital do Estado de São Paulo com a região sul do país e com o mercado Comum do Cone Sul, o Mercosul (Registro, 2018).

Devido a esses aspectos e outros que se somam, forneceram a essa região, da cidade de Registro, um progresso singular, no qual se reconhece a presença cada vez mais marcante da cultura japonesa. Um dos exemplos é a presença da organização cultural *Bunkyo*, que teve sua origem em 1980, quando foi assinado o convênio cidades-irmãs entre Registro, São Paulo, Brasil e *Nakatsukawa*, com o intuito de fortalecer as relações culturais japonesas com os imigrantes e demais habitantes da cidade (Bunkyo, 2018).



Figura 3. Sede da organização cultural bunkyo. Fonte: Registro (2028).

Originalmente a associação cultural japonesa chamava-se *Bunkakyokai* e representava a administração dos bairros das áreas de colônias japonesas cedidas de governo do Estado de São Paulo e cada bairro formava o *Nihonjinkai*, que era a associação de japoneses, mas todas essas estruturas foram desativadas por ordem do governo federal por conta da Segunda Guerra Mundial (Bunkyo, 2018).

A *Bunkyo* não veio apenas a intensificação da cultura no município, mas também oficialmente algumas das celebrações que acontecem na cidade conta com o apoio da organização, como as festas até hoje celebradas. Entre as mais famosas: a festa do *sushi*, o Bom *Odori* e, principalmente, o *Tooro Nagashi*.

É, portanto, visível a importância da cultura nipônica para a cidade de Registro e sua comunidade que convive diariamente com aspectos culturais muito distintos entre si fazendo parte de seu cotidiano, como crenças, festas, comidas típicas, danças e outras práticas representativas desta cultura. As quais tornaram-se importantes para o desenvolvimento da comunidade local e frutífera para sua singularidade cultural e econômica.

EXPOSIÇÃO CONCEITUAL

O termo cultura tem sua origem no latim clássico e em seu tempo detinha o significado literal de cultivar, sendo que o termo, ao longo dos anos, passou por diferentes

entendimentos e foi se desenvolvendo sugerindo assim o surgimento de diversas conotações (Pelegrini; Funari, 2006).

Cuche (1996), no entanto complementa que “somente no meio do século XVI se forma o sentido figurado e ‘cultura’ pode designar então a cultura de uma faculdade, isto é, o fato de trabalhar para desenvolvê-la” entendendo que determinado contexto histórico, espaço e também a própria evolução da língua é responsável por moldar o conceito de cultura.

Progressivamente o conceito de cultura passa a ser “como uma ação (ação de inserir) a cultura como estado - estado de espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo que tem cultura” (Cuche, 1996) passando pelo significado “dado durante o iluminismo de universalismo e humanismo e, enfim, ao de civilização” (Cuche, 1996).

Desta forma, é possível apontar para como eventos, em especial as festas, podem ser consideradas importantes ferramentas para a exibir aquilo que representa a identidade do local, e assim, demonstrando como isto está arraigado a cultura reproduzida neste espaço (Urry,2001).

A presença da cultura nipônica na cidade de Registro, trazida e cultivada pelos imigrantes, apresenta que “romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico” (Choay, 2001), e nesse sentido, mesclam-se aspectos da cultura japonesa às demais culturas que ali convivem e se desenvolvem.

De acordo com Willians (1976) há 3 maneiras diferentes de se entender o conceito de cultura, e na perspectiva antropológica, de acordo com Pérez (2009) “a perspectiva antropológica de cultura entende-a como modo de vida, isto é, o modo como os seres humanos pensam, dizem, fazem e fabricam”, ou seja, a cultura é entendida como um panorama ou pano de fundo que está inserida em todos os lugares e em tudo se faz.

Com isso a promoção de um dos eventos mais importantes da cidade, como o Tooro Nagashi, não só é responsável pela promoção da cultura local e o reconhecimento de uma identidade já consolidada e que se mantém viva, e que também e, a partir da elaboração, promoção e realização do evento, um meio economicamente significativo para a região que se beneficia e se organiza em torno das demandas que o evento promove.

Para se avaliar o desenvolvimento da cultura local, que se mescla com a cultura japonesa, assim como identificar as heranças culturais que a tradição da festa Tooro Nagashi possibilita, faz-se importante compreender a importância desse patrimônio cultural e como

se constituiu a história da cidade e os principais aspectos da mais importante festa étnica popular dessa região.

MANIFESTAÇÃO CULTURAL: O *TOORO NAGASHI*

O evento do *Tooro Nagashi* (*Toro Nagashi*, no Japão) acontece no mês de agosto e no dia de finados do calendário japonês na época festiva do *Obon*. Importante tradição budista japonesa, onde as pessoas acreditavam que os espíritos de seus ancestrais voltam para casa para se reunir com a família. Tem duração de 3 dias e suas tradições foram difundidas em todo o mundo. Nesta cerimônia são colocados barquinhos (os Toros) com as velas em papel de seda e com inscrição dos nomes de seus antepassados. Em seguida são acesos com velas e soltos em um Rio (Perez, 1998).

Um das cerimônias mais famosas do *Tooro Nagashi* acontece na cidade de Nagasaki, no Japão, em homenagem aos milhares mortos no ataque das bombas nucleares à cidade na Segunda Guerra Mundial e os barquinhos são deixados no rio no dia do ataque, em 6 de agosto.

A primeira cerimônia do *Toro Nagashi* na cidade de Registro aconteceu devidos a alguns acontecimentos na cidade, e que, conforme a história relatada pela associação japonesa Bunkyo, há cerca de 60 anos, um viajante japonês passou por esta região. Hospedou-se numa pensão de Seta Barras e certa manhã desceu ao rio para lavar o rosto, caiu e se afogou. A família dele no Japão pediu ao *Obosan* (Sacerdote) de *Nichirensbu* (uma das doutrinas do budismo) da mesma terra (província de Fukui) que um dia rezasse no Brasil pela alma do filho falecido. Em 1954 o casal Emei e Myoho Ishimoto, recém-casados no Japão, veio para São Paulo quando a noiva tinha apenas 18 anos. O Sr. Emei Ishimoto, *obosan* de *Nichirensbu*, procurou o Sr. Bunzo Kasuga, único adepto de *Nichirensbu* de Registro e realizou o primeiro *Tooro Nagashi* em 1955. Nesta cerimônia religiosa do primeiro *Tooro Nagashi* de Registro, foram soltos sete tooros em homenagem a sete vítimas que foram: o viajante japonês, e as vítimas das famílias Hajime Yoshimoto, Tomeji Musha e Teizo Akune e outros. (Bunkyo, 2018)

Em seguida os sacerdotes conseguiram a doação de alguns terrenos pela prefeitura para a realização de um monumento às vítimas do afogamento. O monumento foi erguido na rua Miguel Aby-Azar, às margens do rio Ribeira de Iguape (Bunkyo, 2018).

Atualmente a cerimônia é ecumênica com adeptos de várias religiões e conta com variados rituais e eventos relacionados, como oração às vítimas de afogamento e de acidentes

da rodovia Régis Bittencourt, danças tipicamente japonesas durante as festividades e inclusive lutas de sumô.



Figura 4. Tooro Nagashi. Fonte: Bunkyo (2018).

A festa em Registro ocorre, geralmente, durante dois dias, normalmente nos dias 1 e 2 de novembro, mas varia de acordo com o feriado e está no calendário do ano vigente, podendo durar até quatro dias em casos de feriado prolongado.

A programação possui atividades durante todo o dia como a cerimônia do chá, celebrações religiosas e são preparadas em diferentes pontos da cidade, em parceria com empresas da região. A festa em si começa por volta das 19h com muitas barracas de artigos tradicionais de presente e refeições. Os visitantes podem aproveitar também e contemplar as danças e músicas típicas que tocadas a todos os momentos, e contam com a participação de imigrantes e descendentes de imigrantes que fazem as tradicionais coreografias.



Figura 5. Dança tradicional no Tooro Nagashi. Fonte: Bunkyo (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância das festas étnicas populares para a construção de identidade das diversas localidades surge como uma intensificação de sua cultura, sendo mostrado, entre outros exemplos, pelas suas celebrações. Essas festividades compõem o patrimônio cultural imaterial da localidade e favorecem a valorização da cultura e da identidade local.

Assim, é possível não apenas reproduzir a cultura local e de seus grupos sociais, mas também permitir com que novas gerações se sintam parte deste contexto e que desta forma possam valorizar este elemento cultural, e assim prosseguindo com estes costumes ao longo dos anos.

Além disso, a realização de eventos como o *Tooro Nagashi* faz com que a cidade de Registro receba grande número de turistas, tanto das cidades próximas quanto de outras regiões, contribuindo para que haja uma interação cultural ainda mais evidente, agregando ainda mais importância e valor às celebrações realizadas durante a festa.

Este aspecto, mais voltado a questão mercadológica, pode ser capitaneado por instrumentos de hospitalidade por exemplo, fazendo com que hotéis, pousadas, restaurantes

e demais, sejam beneficiados, assim contribuindo com a comunidade local e reforçando este laço entre a comunidade receptora com os organizadores.

Argumenta-se que o turismo de patrimônio, que inclui eventos e festas étnicas como expressão cultural, e baseado em visita de pessoas que querem aprender algo novo, adquirir conhecimento, ou até mesmo contemplar o patrimônio, seja ela material ou imaterial. No entanto, esse argumento intensifica a valorização da cultura local e a possibilidade de desenvolvimento a partir da realização de eventos culturais tal como acontece na cidade de Registro com a celebração dos Tooros, durante o evento Tooro Nagashi.

Desta forma, podemos concluir que eventos como festas étnicas populares, neste caso o *Tooro Nagashi*, possuem enorme potencial cultural e econômico e que aliados podem reforçar o papel e a importância da valorização cultural étnica de imigrantes e de seus descendentes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brusadin LB (2015) A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade na cultura social. *Cultur*, 9(3): 64-86.
- Bunkyo (2018). Nossa História. Website. Disponível em: <http://www.bunkyoregistro.org.br/historia/>.
- Camargo P, Kravets I (2008). La importancia del turismo cultural em la construcción de la identidad nacional. *Cultura*, 2(2): 1-16.
- Choay F (2006). *A alegoria do patrimônio*. 3 ed. Editora: UNESP, São Paulo. 288p.
- Condephaat (1987). Processo nº 22261/82 de 19 de janeiro de 1987. *Estudo de tombamento do prédio da Kaigai Kogyo Kabuiki kaisha como monumento histórico da colônia japonesa de Registro*. CONDEPHAAT. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/kaigai-kogyo-kabushiki-kaisha-2/>
- Cuche D (1996). *A noção de cultura nas ciências sociais*. 1 ed. Editora: Verbum, Bauru. 256p.
- Funari PP, Pelegrini SC (2009). *Patrimônio Histórico e Cultural*. 2 ed. Editora: Zahar, Rio de Janeiro. 113p.
- Google Maps (2020). *Localização da cidade de Registro/SP*. Google. Consultado em 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Registro,+SP,+11900-000/@-24.5224948,-48.8271766,8.5z/data=!4m5!3m4!1s0x94c53436f4f0c1cb:0xbab60b5cc9451e73!8m2!3d-24.5083421!4d-47.8493997>

- Hall JW, Jansen MB, Kanai M, Twitchett D (1989) *The Cambridge History of Japan*. The nineteenth century. 5 v. Cambridge University Press, London. 826p.
- IBGE (2019). *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Cidade e estados: Registro/SP. Website. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/registro.html>
- Lefebvre H (1981). *La Production de L'espace*. 2. Ed. Editions Anthropos, Paris.
- Osaki AM (1990). *As religiões japonesas no Brasil*. 1 ed. Editora: Loyola, São Paulo. 106p.
- Perez LG (1998). *The History of Japan*. 1 ed. Greenwood Press, London. 244p.
- Pérez ZP (2009). *Turismo cultural: uma visão antropológica*. Pasos, Revista de Turismo 12(2). 324 p.
- Registro (2018). Prefeitura Municipal de Registro. Conheça Registro: História da cidade. Website. Disponível em: <http://www.registro.sp.gov.br/conheca/index.php?mpid=historia>
- Rosendahl Z, Corrêa RL (2001). *Religião, Identidade e Território*. 1 ed. Editora: UERJ, Rio de Janeiro. 200p.
- Ruschmann D (2008). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Editora: Papirus, Campinas. 193p.
- São Paulo (2008). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. História da imigração japonesa no Brasil. Website. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=288309>
- São Paulo (2006). Governo Estadual de São Paulo. Declara o município de Registro "Marco da Colonização Japonesa". Decreto nº 50.652 de 30 de março de 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/139309/Decreto-no-50652-de-30-de-Marco-de-2006>
- Stankova M, Vasenska I (2014). Raising cultural awareness of local traditions through festival tourism. *Tourism and Management Studies*. 11(1): 120-128
- Timothy DJ (2011). *Cultural Heritage and Tourism: An Introduction*. 1 ed. Channel View Publications, Bristol. 508p.
- Urry J (2001). *O olhar do turista*. 1 ed. Editora: SESC, São Paulo: 233p.
- Williams R (1976). Developments in the Sociology of Culture. *Sociology*. 10(3): 497–506
- Yenipinar U, Yildiz E (2016). *Festival as Cultural Heritage: The Mesir Festival of Manisa*. 1 ed. Kliment Ohridski University Press, Ohridski. 233-334p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amapá · 6, 18, 19

C

caridade · 33, 36
comportamento · 21
consciente · 21
consumidor · 21
consumo · 21, 23, 24, 29, 30

E

ensino · 6, 7, 9, 11, 12, 16

F

festas étnicas · 42

M

Marabaixo · 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15,
16, 17, 18, 19

P

Paróquia · 33, 34, 35, 37, 38, 40
patrimônio cultural · 6
pobreza · 33, 35, 36, 37, 39, 40
preservação · 6

R

Registro/SP · 52

S

São Francisco de Assis · 33, 34, 35, 36,
37, 38, 40
sustentabilidade · 22, 29, 30, 31

T

Tooro Nagashi · 42, 43, 45, 47, 48, 49, 50,
51, 52
turismo · 52



id Marcos Roberto Pisarski Junior

É mestre em Turismo, na área de Turismo, Sociedade e Meio Ambiente, pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Atualmente, é docente nos cursos de Gastronomia, Hotelaria e Administração na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus de Caldas Novas/GO e Coordenador de Pós-Graduação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduou-se em Marketing pela UNINTER e em Gastronomia pela PUCPR, possui pós-graduação em Docência do Ensino Superior (FESL) e Gestão em Alimentação e Nutrição (FAMART).

Publicou e apresentou diversos artigos em revistas acadêmicas e congressos nacionais e internacionais nas áreas de Cultura, Alimentação, Patrimônio e Turismo. Dispõe de capítulos de livros no Brasil e Exterior, como principal na "Prace Filologiczne" da Universidade de Varsóvia/POL.

Atua como Pesquisador-associado da CLAEC (Centro Latinoamericano de Estudos em Cultura) e ANP-TUR (Associação Nacional de Pesquisadores em Turismo), além de Avaliador Parecerista em revistas científicas, Agente Cultural e Palestrante.

Contato: marcos.pisarski@gmail.com,
(41)99193-9737

ISBN 978-659912080-0



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso - Brasil
Telefone (66)99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br